

A RELEVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE NO CONTEXTO EMPRESARIAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Saylla Vitória Adorno Bastista¹

Mônica de Souza Lima²

Giliarde Benavinto Albuquerque Calvalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama³

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo verificar, abrangente e criticamente, a relevância do Princípio da Entidade no contexto empresarial. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, adotando-se o método qualitativo baseado em estudo comparativo de obras de diferentes autores por meio de pesquisas documentadas, no qual se faz necessário analisar de forma aprofundada o tema em questão. Os autores trabalhados nesse estudo deixam explícito em suas pesquisas que a convergência das normas de contabilidade não se limita a ajustamentos técnicos, pois envolve uma reflexão profunda a respeito da aplicação dos princípios em diferentes contextos e, igualmente, sobre o papel fundamental que estes desempenham na garantia da integridade e transparência da informação. O trabalho reforça a importância da consciência e aplicação contínua do Princípio da Entidade no campo contábil e empresarial, destacando seu valor indiscutível para a qualidade das demonstrações financeiras e para uma boa governança corporativa.

Palavras-chave: Princípio. Entidade. Contabilidade. Contexto Empresarial. Gestão.

ABSTRACT: The research aims to verify, comprehensively and critically, the relevance of the Entity Principle in the business context. The methodology used is bibliographical review, adopting the qualitative method based on a comparative study of works by different authors through documented research, in which it is necessary to analyze the topic in question in depth. The authors working on this study make it clear in their research that the convergence of accounting standards is not limited to technical adjustments, as it involves a deep reflection on the application of the principles in different contexts and, equally, on the fundamental role they play in guarantee of integrity and transparency of information. The work reinforces the importance of awareness and continuous application of the Entity Principle in the accounting and business field, highlighting its indisputable value for the quality of financial statements and good corporate governance.

Keywords: Principle. Entity. Accounting. Business Context. Management.

¹Graduanda em Ciências Contábeis, Instituição: Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

²Doutoranda em Economia – FGV. Mestra em Ciências Contábeis – FUCEPE. MBA em Controladoria e Planejamento Tributário – UFT. Coordenadora da especialização em MBA Gestão e Finaças do Agronegócio-UNITINS. Professora da Universidade do Estado do Tocantins-UNITINS. Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Serra do Carmo – FASEC e professora na mesma instituição. Membro da Academia Tocantinense de Contadores do Estado do Tocantins (ATOCON) e Diretora de Ensino e Pesquisa. Pesquisadora. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4457-2011>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9827028183001616>.

³Doutorando (PPGDR/UFT). Mestre (PPGDCOMS/UFT). Especialista em Direito e Processo Tributário, em Direito e Processo Penal, em Criminologia, em Direito e Processo do Trabalho. Graduado em Direito (UFT). Professor da Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP) e da Universidade Estadual do Tocantins. Pesquisador. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8146-6811>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525837393612907>.

1. INTRODUÇÃO

O princípio da entidade é um dos princípios fundamentais da contabilidade e tem grande encorajamento para os empresários do comércio e para a gestão financeira de uma empresa. Esse princípio estabelece a necessidade de reconhecer o patrimônio da empresa do patrimônio pessoal dos seus sócios ou proprietário, tratando-os como entidades distintas (IUDÍCIBUS 2010).

Nota-se que o princípio da entidade é de extrema importância para os empresários, pois garante uma gestão financeira adequada, protege o patrimônio pessoal dos proprietários, fornece informações financeiras transparentes e auxilia na tomada de decisões estratégicas para o crescimento e sucesso do negócio.

De acordo com Conselho Federal de Contabilidade, o princípio contábil da ENTIDADE afirma que o capital é o foco principal e o objetivo principal da contabilidade. Isto enfatiza a autonomia do patrimônio e a importância de distinguir dentro do patrimônio existente o patrimônio específico pertencente a indivíduos, grupos, comunidades e instituições, com ou sem fins lucrativos (conforme disposto no art. 4º da Resolução CFC nº 750, de 1993). Em suma, o princípio é o reconhecimento do Patrimônio como o seu principal objeto, a autonomia patrimonial e a importância de distinguir claramente um patrimônio específico em meio ao conjunto de patrimônios existentes.

5460

Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica abrangente e crítica sobre a relevância do Princípio da Entidade no contexto empresarial. Diante dessa abordagem, espera-se que a pesquisa busque a verificabilidade, por meio da revisão bibliográfica, da relevância do referido princípio e suas particularidades contábeis para a empresa, tudo para se compreender nuances extremamente necessárias para que o sucesso da empresa se consolide.

O princípio da entidade é de suma relevância para os empresários, pois desempenha um papel fundamental na organização e gestão das suas atividades econômico-organizadas. A revisão literária, propõe uma apreensão do setor empresarial com informações valiosas que podem impactar diretamente a saúde financeira e a continuidade dos negócios.

Nesse contexto, o artigo justifica-se, portanto, pela necessidade de apanhamento técnico e crítico do Princípio da Entidade, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada de sua aplicação e impacto no contexto empresarial. Ao enfatizar a importância do Princípio da Entidade, proporciona-se aos profissionais de contabilidade e do meio

empresarial, gestores e *stakeholders*, uma visão mais abrangente das implicações e benefícios da utilização eficaz dessa norma que disciplina organismos econômicos.

1.1 REVISÃO DE LITERATURA

1.2 Revisão Histórica dos Princípios da Contabilidade

A crescente globalização e a conveniência política estão a forçar os países a consolidar e adaptar as normas *International Financial Reporting Standards – IFRS* ou Normas Internacionais de Relatórios Financeiros. No Brasil, essa normativa começou a ser utilizada em 2008, tornando-se obrigatória para todas as empresas listadas em 2010. Contudo, alcançar a harmonização e padronização no meio contábil requer um processo cultural evolutivo, começando com princípios contábeis básicos e terminando com a adoção de normas internacionais definidas num quadro conceptual.

A Resolução CFC nº 530/81 é responsável por endossar os princípios básicos de contabilidade. Referida normativa foi concebida com o objetivo de estabelecer uma base de princípios contábeis praticados no Brasil para orientar o trabalho dos profissionais da época. O objetivo dos princípios contábeis é promover a padronização dos registros de todas as transações e eventos administrativos e, também, das demonstrações financeiras resultantes. A resolução, ademais, contém um total de 16 princípios considerados importantes no exercício da profissão contábil. Acima de tudo, é possível identificar nessa resolução princípios que permanecerão vigentes e ainda mais necessários ante a ratificação da sua importância em outras normativas e com o surgimento de outras normas.

O Comitê de Responsabilidade do Governo Federal (CFC) emitiu a Resolução CFC 750/93. Esta resolução teve um papel crucial, pois simplificou os princípios contábeis anteriormente estabelecidos pela Resolução CFC 530/81, reduzindo-os de 16 para 7, de conteúdo mais claro e objetivo. Essa simplificação atendeu às exigências da profissão contábil e vigorou por mais de 10 anos até ser alterada pela Resolução CFC 1.282/2010.

A nova Resolução não só alterou a nomenclatura dos princípios contábeis básicos para “princípios contábeis”, mas também aboliu os ajustamentos monetários, que eram princípios contábeis independentes. Contudo, é importante ressaltar que as atualizações monetárias não estão excluídas, continuando a mas como subitem do princípio de registro pelo valor original.

De uma perspectiva doutrinária, os fundamentos contábeis são a compreensão dominante da essência da teoria contábil.

Os princípios fundamentais de Contabilidade conforme resolução CFC n° 750, de 1993:

Art. 2º Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades. Art. 3º São Princípios Fundamentais de Contabilidade: 1) o da ENTIDADE; 2) o da CONTINUIDADE; 3) o da OPORTUNIDADE; 4) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL; 5) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA; 6) o da COMPETÊNCIA e 7) o da PRUDÊNCIA (BRASIL, 2023, n.p).

Corroborando com a literatura, Dantas, Mendes, Niyama e Rodrigues (2010), ressaltam que o principal objetivo do processo de convergência é desenvolver padrões de alta qualidade que sejam reconhecidos e utilizados globalmente, aumentando assim o impacto financeiro e as operações de mercado. O processo de convergência das normas contábeis envolve uma reflexão mais abrangente do que a simples revisão das diretrizes sobre reconhecimento, classificação e mensuração.

Nesse mesmo pensamento Colpo, Meneghel, Pereira e Silva (2010) informam que a prática contábil baseia-se em um conjunto de princípios que abrangem todos os aspectos relacionados à profissão contábil. Os autores enfatizam ainda que os princípios contábeis desempenham função guia na contabilidade, formando a base da teoria e de sua aplicação.

Autores como, Duarte, Saur-Amaral, e Azevedo (2020) apontam que a utilização das Normas Internacionais de Contabilidade, também conhecidas como Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), é uma decisão tomada por muitos países ao redor do mundo. Esta opção proporciona a harmonização das práticas contábeis locais com as orientações definidas pelas IFRS.

1.3 Princípio da Entidade

Os serviços de contabilidade desempenham um papel vital na análise e controle de ativos, convertendo informações em dados que apoiam a tomada de decisões. Portanto, à medida que as empresas se tornam mais complexas e os ativos patrimoniais evoluem, requer-se uma investigação contábil aprofundada.

O Princípio da Entidade estabelece o reconhecimento de ativos como o foco principal da contabilidade e, também, enfatiza a necessidade de distinguir claramente ativos

específicos entre os vários disponíveis. Ante isso, o patrimônio de uma entidade não deve ser confundido com o patrimônio de seus sócios ou proprietários.

Nessa esteira, Iudícibus (2017) aduz que a Contabilidade é tida como uma ciência de essencialidade instrumental no exato sentido de que pode responder por aparatos próprios, estímulos de informação de diferentes setores da economia. Isto é, o entendimento do evoluir da sociedade numa perspectiva econômica, incluindo os usuários de dados contábeis no atendimento de suas querências, põe às claras a finalidade da Contabilidade.

Portanto, se faz necessário entender que o Princípio da Entidade tem por fim discriminar o patrimônio pertencente ao sócio e à empresa, materializando esse entendimento.

Aos termos da Resolução nº. 750/93 do CFC, art. 4º, *ipsis litteris*:

O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição (BRASIL, 2023, n.p).

Assim, a não utilização dos princípios contábeis, dentre eles o da entidade, acarreta à empresa ou instituição prejuízo sobre os seus rendimentos, considerando que há uma confusão frequente entre pessoa física e jurídica.

Ante esse cenário, questiona-se: **com base na literatura analisada e considerando a complexidade do cenário empresarial contemporâneo, como o não atendimento do Princípio da Entidade pode comprometer a integridade das empresas?**

Enfatiza-se que o monitoramento do sistema de gestão é fundamental para que os contadores normalmente desempenhem funções mais eficientes. A ausência de monitoramento combinado com a falta de conhecimento do proprietário em técnicas e princípios contábeis leva a erros que prejudicam os interesses da empresa.

Para tanto, deve-se concordar com Iudícibus e Marion (2013), os quais informam que o princípio da substância constitui a base do raciocínio contábil, garantindo que a contabilidade seja adequadamente estruturada e permita a avaliação e revisão contínuas durante a condução das atividades econômicas.

Em síntese, a regulamentação das práticas contábeis, que são legitimadas por seu emissor, precisa ser observada em sua totalidade, para que se adquira qualidade, aceitação,

eficácia dos serviços prestados, estimulando ou obrigando as empresas a utilizarem as ferramentas contábeis para garantir a sobrevivência econômico-financeira.

1.4 O Princípio da Entidade e sua relevância no contexto empresarial

Os Princípios Contábeis concebem-se como sendo os pilares do sistema da Norma Brasileira de Contabilidade, visto que estabelecem as regras sobre a apreensão, o registro, o relatório, as demonstrações e a análise das variações sofridas pelo patrimônio (IUDÍCIBUS, 2017).

Contudo, o Princípio da Entidade contempla orientações que envolvem não somente o aspecto jurídico da entidade, mas também o econômico, organizacional e social. No contexto econômico, tal norma evidencia o patrimônio das entidades e a necessidade de acompanhá-lo tanto de forma qualitativa quanto quantitativa, conferindo se os recursos que foram investidos estão proporcionando o retorno esperado.

No contexto empresarial, contemplam-se as informações a respeito das necessidades de informação, recursos, de cada divisão da entidade, bem como de sua estrutura organizacional. Já no que diz respeito ao social, este por sua vez, deve reportar às contribuições e os benefícios que a entidade proporciona à sociedade mediante suas intervenções diárias (FAVERO *et al.* 2013).

A desobediência ao atendimento do Princípio da Entidade contribui para uma má gerência da empresa, ocasionando na maioria das vezes decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis, não sendo possível identificar o crescimento do negócio bem como seu real ganho, conferindo ao empreendedor ou empresário uma situação irreal do que se estar tendo ou não dando o retorno sobre o capital investido (IUDÍCIBUS; MARION, 2013).

Nota-se que, a não aplicação do Princípio da Entidade, por parte da gestão empresarial, pode afetar tanto os recursos pessoais como os da empresa. Apesar de enfrentarem dificuldades, os indivíduos podem estar em cenários de dificuldades financeiras distintos dos sentidos pela empresa, o que pode levar ao uso indevido de fundos. Nessa abordagem, a conscientização das vantagens advindas da respeitabilidade ao Princípio da Entidade garante que haja equilíbrio financeiro tanto do empresário, da empresa ou dos sócios, cotistas, etc.

De acordo com dados publicados pelo SEBRAE (2023), O MEI tem a maior taxa de mortalidade entre os pequenos negócios, com taxa de mortalidade de 29% após 5 anos de

funcionamento. A mortalidade de ME nas pequenas empresas é moderada, com uma taxa de mortalidade de 21,6% após 5 anos de atividade. A EPP tem a menor taxa de mortalidade entre as pequenas empresas, com mortalidade de 17% após cinco anos de atividade. As taxas de mortalidade são mais elevadas nas empresas (quase 30,2% ao longo de cinco anos) e mais baixas nas indústrias extrativas (quase 14,3% ao longo de cinco anos).

Diante desses dados, observa-se que a mortalidade das empresas ocorre por fatores variados e que o despreparo ou falta de conhecimento contribui de maneira significativa nesse processo, sendo de fundamental importância entender os princípios que norteiam as informações contábeis para implantação de uma empresa sólida e com conhecimento acerca dos princípios contábeis, uma vez que tais normas auxiliam os empresários e as empresas quanto ao entendimento das nuances do negócio econômico.

Frente ao quadro discurso posto, os dados demonstram que muitos empresários e empresas ainda têm uma compreensão limitada do princípio substantivo, o que é se mostra como um dos fatores que prejudica a manutenção das atividades. No entanto, deve ser enfatizado que o Princípio da Entidade é amplamente considerado na base central da contabilidade, uma vez que abrange e sustenta todos os outros princípios contábeis.

2. METODOLOGIA

Esta revisão da literatura é conduzida por meio de uma análise abrangente de pesquisas e estudos de artigos acadêmicos, livros e publicações de renomados especialistas em contabilidade e gestão. O foco será na organização e síntese de informações que demonstram a importância dos princípios da entidade no contexto empresarial, enfatizando o impacto da informação contábil na solidez financeira e na transparência.

De acordo com Marconi e Lakatos (2007), a metodologia surge da compreensão do que é viável e da tomada de decisões com base no que parece ser lógico, razoável, eficiente e eficaz. Sob esse enfoque, para atingir os objetivos específicos deste estudo, será adotada uma abordagem de pesquisa exploratória, com uso da literatura vigente e específica da contabilidade.

A metodologia utilizada é o método qualitativo baseado em estudo comparativo de obras de diferentes autores por meio de revisão bibliográfica. Isso permite uma análise aprofundada do tema em questão. O estudo é baseado em dados secundários utilizando fontes como livros, artigos científicos de periódicos nacionais e internacionais e conteúdos

disponíveis, que auxiliam no alcance dos resultados propostos neste estudo.

Além de examinar a legislação brasileira e as normas contábeis internacionais, o estudo examina possíveis abordagens para o contábil da interação da gestão empresarial com o Princípio da Entidade, onde as práticas e regulamentações contábeis estão em constante mudança, sendo essencial um profundo entendimento da interação entre a gestão empresarial e os princípios corporativos. O estudo baseia-se, ratifica-se, na necessidade de promover uma visão abrangente e aprofundada das consequências da utilização eficaz das normas na gestão empresarial, enfatizando a importância de garantir a transparência e a confiabilidade nas práticas contábeis.

2.1 RESULTADOS

No intuito de responder à problemática da pesquisa que se tratou na base da literatura analisada e considerando a complexidade do cenário empresarial contemporâneo, como o não atendimento do Princípio da Entidade pode comprometer a integridade das empresas? Assim os resultados apresentados pela literatura com base numa extensa análise literária, do Princípio da Entidade no atual contexto empresarial, tornam-se essenciais de contemplação.

Em conformidade com o autor Iudícibus (2010), a adoção e aplicação adequada promove um governo corporativo responsável, garantindo uma distinção clara entre os recursos corporativos e os recursos pessoais dos proprietários. Enfatiza-se, ainda, que os gestores financeiros reconhecem a necessidade de manter essas entidades separadas para promover a responsabilização, a transparência e a confiabilidade das informações financeiras.

Ampliando a conformidade entre os autores que bebem da mesma opinião, Dantas, Mendes, Niyama e Rodrigues (2010) e Colp, Meneghel, Pereira e Silva (2010) entendem que é possível compreender a amplitude e a relevância do processo de convergência das normas contábeis em um contexto global. Esses estudos enfatizam a necessidade de desenvolver padrões contabilísticos de alta qualidade, reconhecidos e aceitos internacionalmente, para aumentar o impacto financeiro e a eficiência das operações de mercado.

Os autores supramencionados deixam explícito em suas pesquisas que a convergência das normas de contabilidade não se limita a ajustamentos técnicos, mas envolve uma reflexão profunda sobre a aplicação dos princípios em diferentes contextos e sobre o papel fundamental que estes desempenham na garantia da integridade e transparência da

informação.

Na mesma consonância, as afirmações de Franco (2017) e Iudícibus (2017) confirmam a importância fundamental do princípio contábil na prática e sua relação interna com a utilidade da informação contábil e o conhecimento de que uma entidade empresarial deve ser tratada como uma entidade separada e independente das suas partes constituintes, destacando-se a necessidade de manter uma separação clara entre os ativos da empresa e os dos seus proprietários. Isto não só preserva a integridade da contabilidade, mas também garante uma representação precisa da posição financeira da entidade, o que é essencial para a tomada de decisões informadas.

Apoiando-se em dados publicados pelo SEBRAE (2023), revela-se alarmante realidade do cenário das PME e destaca-se que as taxas de mortalidade variam entre os diferentes tipos de negócios. A análise constatou que os pequenos empreendedores independentes (MEIs) apresentam a maior taxa de mortalidade, com 29%, fechando após cinco anos de operação. Por outro lado, as pequenas e médias empresas (PPE) apresentaram uma taxa de mortalidade relativamente baixa, de 17%, durante o mesmo período. Esse resultado pode se tornar a base e a ação concreta para aumentar o crescimento e a sustentabilidade empresarial.

5467

Na situação atual, a transparência e a confiabilidade da informação contábil são essenciais para o bom funcionamento da empresa, sendo de compreensão e aplicação eficaz dos princípios contábeis. A revisão da literatura realizada fornece uma visão abrangente da importância do Princípio da Entidade e destaca a relevância na governança corporativa, na gestão financeira e na tomada de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica abrangente e crítica sobre a relevância do Princípio da Entidade no contexto empresarial. A metodologia elegida permitiu enriquecer a literatura contábil ao explorar e apresentar informações relevantes com especial atenção ao princípio contábil, *lato sensu*, e seu impacto na melhoria da informação aos usuários.

Cabe destacar que durante o estudo bibliográfico acerca da importância do Princípio da Entidade no contexto empresarial, torna-se evidente que essa norma desempenha papel crucial na garantia da transparência, confiabilidade e integridade das informações contábeis.

A nítida distinção entre o patrimônio da empresa e o patrimônio dos seus donos ou gestores surge como um alicerce primordial para a governança corporativa e para a tomada de decisões financeiras observadas de um ponto de vista amplo e estratégico.

Com base na Resolução nº. 750/93 do CFC e na eficácia da aplicação do Princípio da Entidade, não só se reforça a credibilidade das demonstrações financeiras, como também sustenta-se a confiança dos investidores, reguladores e demais atores envolvidos. Nesse contexto, a efetiva implementação do princípio posot não apenas auxilia na redução dos riscos empresariais, mas também estabelece fundamentos sólidos para a sustentabilidade e o desenvolvimento organizacional em longo prazo.

Contudo, o trabalho concluiu, com base na literatura destacada, a importância da consciência e aplicação contínua do Princípio da Entidade no campo contábil e empresarial, destacando-se a sua relevância indiscutível para a qualidade das demonstrações financeiras e para a boa governança corporativa. O Princípio permanece um alicerce crucial para a contabilidade e uma peça fundamental no quebra-cabeça da gestão empresarial bem-sucedida, sendo um tópico essencial para a pesquisa e prática contábil.

No aspecto acadêmico, essa pesquisa contribui para aperfeiçoar estudos futuros envoltos ao tematizado, bem como serve de instrumento esclarecedor ao leitor por se tratar de fonte na visão acadêmica. Logo, reconhece-se como limitações à pesquisa a carência de análise empírica para limitar a validade das conclusões tiradas, visto que a análise proposta é baseada em interpretações subjetivas ou opiniões dos autores. Sugere-se, para as próximas pesquisas, a realização de pesquisa de natureza quantitativa, na qual possa se observar dados e coletar opiniões dos usuários.

REFERÊNCIA

CONSELHO Federal de Contabilidade. **Resolução n º 750, de 29 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de ontabilidade. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750. Acesso em 02 de nov. de 2023.

COLPO, Iliane. MENEGHEL, Marcia Ferraz. PEREIRA, Tamires Dolores Santos. SILVEIRA, Andréa Oliveira. **Revogação da resolução cfc 750/93: Comparativo entre a resolução 750/93 e a NBC TG-estrutura Conceitual.** Santa Maria – RS. 2010.

CALDERELLI, Antonio, (2013) – **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**, 28 ed. São Paulo: CETEC. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/antonio-calderelli/enciclopedia-contabil-e-comercial-brasileira-3-volumes/1145794127> . Acesso em 29

de mai. de 2023.

Dantas, J. A. Rodrigues, F. F., Niyama, J. K., & Mendes, P. C. de M. (2010). Normatização contábil baseada em princípios ou em regras?: Benefícios, custos, oportunidades e riscos. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(9), 3-29

DUARTE, A. M. P.; SAUR-AMARAL, I. A. AZEVEDO, G. M. C. **Processo de Convergência e Adoção das IFRS: Estudo de Caso do Brasil. Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 2, p. 40-62, 2020.

FAVERO, H. L.et al. **Contabilidade teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, H.. **A Evolução dos Princípios Contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS. S. MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em 10 de nov 2023.